



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
RUA DR. GABRIEL VILELA, 413 - CENTRO - CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
16 - 3173 - 8200 E - MAIL: prefeitura@igarapava.sp.gov.br



Do: Departamento de Finanças
Para: Gabinete do Prefeito

Informo que há no orçamento vigente dotação orçamentária que atenda às necessidades de contratação de Marcelo Ormenezze para atuar como interventor junto a **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE IGARAPAVA**, sendo que o valor total previsto, para período de 180 (cento e oitenta) dias é de **R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)**, sendo esta a que segue abaixo:

02 - EXECUTIVO
0204 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE
020401 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação Funcional - 10.301.0150.2025.0000
3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - PF

Aproveitamos o ensejo para informar que tendo em vista que o prazo de contratação estimado é para o período de 180 (cento e oitenta) dias e perfará nesse período o montante sobredito, serão incluídas no orçamento previsto para o ano de 2020 referidas despesas, sendo, no caso de prorrogação da contratação pretendida, informado a quem de direito a dotação referente aos períodos dos exercícios vindouros em oportunidade própria, se necessário.

Igarapava - SP, 22 de julho de 2019.

Adélia de Paula

Diretora do Departamento de Finanças



PARECER JURÍDICO

Processo de dispensa de licitação: 012/2019

Processo Administrativo nº 87/2019

Assunto: Contratação do interventor para cumprimento do decreto nº 2157/2019.

Sabe-se que o Parecer Jurídico em Processos Licitatórios cumpre a função de análise à **legalidade do procedimento**, bem como os pressupostos formais da contratação, ou seja, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o sistema jurídico vigente. Desta forma, a **conveniência da realização de determinada contratação** fica a cargo do Gestor Público, ordenador das despesas.

A Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da



lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, a chamada "Lei das Licitações", foi publicada com o objetivo de regulamentar o citado dispositivo constitucional, e criar padrões e procedimentos para reger a contratação pela Administração.

A obrigatoriedade da realização do procedimento licitatório é um corolário do princípio constitucional da isonomia, previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 5º, I), pelo qual, todos devem receber tratamento igual pelo Estado. Evita-se, desse modo que os parceiros sejam escolhidos por critérios de amizade pessoal e outros interesses que não o da consecução da finalidade pública. Assim, o objeto imediato e próprio da licitação é evitar a ocorrência do arbítrio e do favoritismo.

Segundo o constitucionalista Alexandre de Moraes, "a licitação representa, portanto, a oportunidade de atendimento ao interesse público, pelos particulares, numa situação de igualdade".

Sempre que haja possibilidade de concorrência, sem prejuízo ao interesse público, deverá haver licitação. A contratação direta, sem realização do prévio certame licitatório, somente é admitida excepcionalmente, nas hipóteses trazidas na própria lei. Tais situações, contudo, configuram-se em exceções à regra geral. A licitação é regra; a contratação direta, exceção.

Assim, retiradas as hipóteses de excepcionalidade, é obrigatória a realização do procedimento licitatório pela Administração Pública.



Em que pese à obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

Reza o art. 24, inciso IV da Lei nº8.666/93 :“nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimentos de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras e serviços, equipamentos e ou outros bens, públicos e particulares e somente para bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180(cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos. “

Considera-se como situação emergencial, asseguradora da regular dispensa de licitação, aquela que precisa ser atendida com urgência, objetivando a não ocorrência de prejuízos, não sendo comprovada a desídia do Administrador ou falta de planejamento. Já por calamidade pública, entendam-se aquelas desgraças que atingem, de repente, grande número de cidadãos, como, por exemplo, podemos citar a seca, as



inundações, enxurradas, desabamentos, peste, guerra, incêndio, terremoto, vendaval.

O ínclito Jessé Torres Pereira Júnior, ao comentar o referido dispositivo, cujo entendimento é compartilhado pela doutrina dominante, afirma que: “Já na vigência da Lei nº 8.666/93, o Tribunal de Contas da União definiu que: ‘além da adoção das formalidades previstas no art. 26 e seu parágrafo único da nº Lei nº 8.666/93, são pressupostos da aplicação do caso de dispensa preconizados no art. 24, inciso IV, da mesma lei:

- a.1) que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação;
- a.2) que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou à vida das pessoas;
- a.3) que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso;
- a.4) que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado’ “.

Consoante o já citado Professor Marçal Justen Filho, para a caracterização dessa hipótese de dispensa de licitação é necessário o preenchimento de dois requisitos, quais sejam, a demonstração concreta



PREFEITURA DE
IGARAPAVA

COMPROMISSO COM O TRABALHO
2017 - 2020



e efetiva da potencialidade do dano e a demonstração de que a contratação é a via adequada e efetiva para eliminar o risco.

O Tribunal de Contas da União tem mantido o posicionamento de que é cabível a dispensa de licitação: Dispensa - emergência TCU decidiu: "...a urgência de atendimento para a dispensa de licitação é aquela qualificada pelo risco da ocorrência de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas, obras e serviços, equipamentos ou outros bens públicos e particulares, caso as medidas requeridas não sejam adotadas de pronto.

”(Fonte: TCU. Processo nº 009.248/94-3. Decisão nº 347/1994 - Plenário e TCU - Processo nº 500.296/96-0. Decisão nº 820/1996- Plenário) “

“Emergência - calamidade pública Nota : o TCU decidiu em resposta a consulta, que é dispensável a licitação no caso de calamidade pública desde que observados os artigos 24, IV, e 26 da Lei nº 8.666/93, bem como os pressupostos estabelecidos em caráter normativo na Decisão nº 347/94 e ainda, a observância do Decreto federal nº 895/93, justificativa da escolha do fornecedor (capacidade técnica). Fonte: TCU. Processo nº 929.114/98-1. Decisão nº 627/1999 - Plenário.”

Tendo em vista o valor da contratação, o responsável pelas Licitações, Compras e Contratos sugere que a aquisição se dê por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.



A licitação dispensada, ensina Hely Lopes Meirelles, "é aquela que a própria lei declarou-a como tal". José Santos Carvalho Filho acrescenta que esta se caracteriza pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório.

Cabe aqui certa discricionariedade do agente administrativo, já que a licitação não é proibida. Entretanto, este deve levar em conta que a realização do certame deve também ser vantajosa para a Administração e respeitar o princípio da economicidade.

A Lei nº 8.666/93, ao instituir as normas para licitações e contratos da Administração Pública, autorizou a dispensa de licitação em várias hipóteses, ainda que possível a competição. São circunstâncias peculiares que aconselham a contratação direta, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei.

Desta forma, o gestor deve demonstrar o cumprimento dos princípios atinentes à licitação, principalmente os da impessoalidade, moralidade, probidade e julgamento objetivo, além das exigências gerais previstas na Lei nº 8.666/93, tais como a comprovação da regularidade da empresa a ser contratada, demonstração de que o valor contratado é equivalente ao praticado no mercado e a motivação da decisão da Administração Pública.

Assim, o Estatuto de Licitações permite, como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta, através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei.



PREFEITURA DE
IGARAPAVA
COMPROMISSO COM O TRABALHO
2017 - 2020



No caso em tela, a situação de emergência está plenamente comprovada, uma vez que a falta de abastecimento dos veículos, bem como, a necessidade de realização da aquisição do produto para movimentar a máquina pública, merece ser resolvida.

Assim, considerando que a contratação do serviço pode ser feita sem procedimento licitatório, pois a situação se enquadra nas hipóteses do art. 24, inciso IV da Lei nº8.666/93, opinamos pela contratação direta Marcelo Ormenezes.

À consideração superior.

Igarapava - SP 22 de julho de 2019


BRUNO RENE CRUZ RAFACHINI

OAB/SP 279.915



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
RUA DR. GABRIEL VILELA, 413 – CENTRO - CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 - I.E. ISENTA
PABX (16) 3173 – 8200 E – MAIL: prefeitura@igarapava.sp.gov.br



RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR, Prefeito Municipal de Igarapava - SP, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de ser efetivada a intervenção, por parte do Poder Executivo Municipal, da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, tomando por base acontecimentos que corroboram para essa ação, além das considerações constantes no pedido, bem como, no parecer da Assessoria Jurídica do Município de Igarapava e a existência de recursos financeiros, **RATIFICA** o processo administrativo 087 / 2019 de Dispensa de Licitação nº 012 / 2019 de acordo com o Art. 24, Inciso IV da Lei 8.666/93, que visa a contratação de pessoa física, para atuar como interventor junto a sobredito nosocômio, figurando como contratado o Sr. Marcelo Ormenezze, inscrito no CPF sob o n.º 138.756.698-94, pelo valor de **R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)/mês** para o período de 180 (cento e oitenta) dias, sendo este o prazo previsto da contratação, de justifico o feito com base no currículo profissional, bem como, em sua atuação como membro de entidades cujo objeto é voltado em sua primazia ao atendimento do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, bem como, pela atuação como diretor de departamento no poder público executivo municipal.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da documentação fiscal.

RATIFICO os atos praticados, **HOMOLOGANDO** o presente processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, o qual deverá ser publicado na Imprensa Oficial do Estado

Publique-se, na forma da lei.

Igarapava, SP, 23 de julho de 2019.

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Igarapava



FLS: 1/2

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, A MARCELO ORMENEZZE E PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA OBJETIVANDO A ATUAÇÃO DE INTERVENTOR JUNTO A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE IGARAPAVA.

CONTRATO Nº 607 / 2019
VALOR R\$ 42.000,00

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 45.324.290 / 0001 - 67, com sede à rua Dr. Gabriel Vilela, nº 413, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e **MARCELO ORMENEZZE**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 23.981.936-6 - SSP/SP e do CPF nº 138.756.698-94, residente e domiciliado na Rua: Cel. Francisco Martins, nº 500, Igarapava/SP, a seguir denominada **CONTRATADO**, ambas com sujeição à legislação vigente, em especial ao Decreto Municipal n.º 2.157 de 23 de julho de 2019, celebram o presente contrato mediante as cláusulas e condições abaixo declinadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O CONTRATADO, por força do presente instrumento, procederá a prestação de serviços como interventor, na Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, tendo seu início a partir da assinatura do presente contrato e término em 180 dias a contar desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA: A referida Prestação de Serviço será realizada diariamente, devendo o interventor estar à inteira disposição, e a qualquer horário, da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, devendo o CONTRATADO, enquanto interventor, desenvolver o exigido no artigo 2º do Decreto Municipal n.º 2.157 de 23 de julho de 2019, bem como, os demais atos e obrigações concernentes à atividade, dispostos no sobredito instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará, ao CONTRATADO, a importância de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) mensais, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da apresentação de documentação fiscal.

As despesas decorrentes com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

02 - EXECUTIVO
0204 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE
020401 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação funcional - 10.301.0150.2025.0000
3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - PF

CLÁUSULA QUARTA: O presente contrato poderá ser prorrogado, enquanto durar a intervenção, mediante termo de aditamento, precedido de concordância das partes, sendo certo que será rescindido de imediato por culpa do CONTRATADO, na hipótese de não atendimento de qualquer das condições nele estabelecido e nas pertinentes à Legislação Municipal.

CLÁUSULA QUINTA: Este contrato poderá ser rescindido, desde que uma das partes (CONTRATADO OU CONTRATANTE), acharem conveniente que seja



Prefeitura Municipal de Igarapava



FLS:2/2

PREFEITO MUNICIPAL

rescindido, comunicando com antecedência de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA SEXTA: Em caso de dano causado pelo CONTRATADO à Prefeitura Municipal de Igarapava, a reparação será descontada quando do pagamento da referida Prestação de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA: O CONTRATADO obriga-se a respeitar as ordens de serviços emanadas da Administração Municipal, tanto com referência aos termos do Regulamento Interno e Avisos, segundo a praxe adotada na Prefeitura, desde que essas ações não sejam conflitantes com o Estatuto da Santa Casa de Misericórdia e normas vigentes em relação aos protocolos e legislações no âmbito da Saúde.

CLÁUSULA OITAVA: Fica, desde já, eleito o Foro desta Comarca de Igarapava, desistindo o CONTRATADO de outro que porventura tenha, para dirimir quaisquer pendências que do presente advirem.

E, por estarem assim convencionados assinam o presente contrato, em duas (02) vias, na presença de duas testemunhas abaixo nomeadas e assinado.

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA,
Aos 23 de julho de 2019


JOSE RICARDO RODRIGUES MATTAR
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE


MARCELO ORMENEZZE
INTERVENTOR
CONTRATADO

TESTEMUNHAS :

1.

CPF/MF

380.923.370 - 10

2.

CPF/MF

127.936.258-84

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

R Dr Gabriel Vilela, 413

CNPJ : 45324290/0001-67



Página 1

Solicitação de Materiais / Serviços

Requisição Responsável Data
03807/19 — 23/07/2019

Descrição

Serviços prestados por Interventor

Poder EXECUTIVO
Órgão DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO
Setor Solicitante Dep. Administração
Centro de Custo **5 Dep. Administração**
Placa

Observação

De acordo com o Decreto Municipal n 2157 de 23 de julho de 2019

Item	Cód. Produto	Descrição do Produto	Unidade	Qtde	Qtde Rec.	C. Custo	Centro de Custo
		Descrição Detalhada do Produto			Observação		
1	694.002.001	SERVIÇO DE INTERVENÇÃO (ART 2º DEC.MUN.SERV.		6,00	0		5 Dep. Administração

Recebido pelo Departamento de Compras Data: ____ / ____ / ____

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

R Dr Gabriel Vilela, 413

CNPJ : 45324290/0001-67



Página 1 de 1

QUADRO DE COTAÇÕES

COTAÇÃO	DATA	DESCRIÇÃO
03807/19	23/07/2019	Serviços prestados por Interventor
ABERTURA	ENCERRAMENT	CENTRO DE CUSTO
03/10/2019	03/10/2019	Dep. Administração

PRODUTO			
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	694.002.001 SERVIÇO DE INTERVENÇÃO (ART 2º DEC.MUN. 2157/19	SERV.	6
PROPOSTORES			
CODIGO	NOME	VLR UNIT.	TOTAL
9082	MARCELO ORMENEZE	7.000,00	42.000,00
PROPOSTENTE VENCEDOR		VLR UNIT.	TOTAL
9082	MARCELO ORMENEZE	7.000,00	42.000,00
PREÇO MÉDIO DO ÍTEM		7.000,00	42.000,00

RELAÇÃO DE PROPOSTORES PARTICIPANTES		
CÓDIGO	PROPOSTORES	VALOR
9082	MARCELO ORMENEZE	138.756.698-94
		42.000,00

RELAÇÃO DOS PROPOSTORES VENCEDORES		
CÓDIGO	PROPOSTORES	VALOR
9082	MARCELO ORMENEZE	42.000,00
TOTAL DOS PROPOSTORES VENCEDORES		42.000,00

Aprovado por:

Digitador (a)
Elaine Cristina Colucci

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JULIO CESAR COUTINHO NAHUZ. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura original acesse <http://e-processo.ice.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 3-JW6J-ACML-7B58-4QC